

# Relatório de Atividades e contas 2018

AIPAR 072/00

A DIREÇÃO	Aprovado pela Assembleia Geral	Data
<i>Mt Rosa</i>	<i>Henrique</i>	26/03/2019



## ÍNDICE

<b>1. Nota Introdutória</b>	3
<b>2. Apresentação Institucional</b>	4
2.1. A Organização	4
2.2.1. Missão, Visão e Valores	4
<b>3. Análise do Desempenho Global da AIPAR em 2017</b>	5
3.1. Apresentação dos resultados do Programa de Gestão	5
3.1.1. Assegurar o funcionamento das respostas sociais	5
a) Centro de Acolhimento Temporário	5
b) Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental	8
c) Apartamento de Autonomização	12
d) Cantina Social	14
3.1.2. Desenvolver a área do Apoio Social à comunidade e família	14
a) Atribuição de Cabazes do Banco Alimentar	14
b) Apoio de vestuário, mobiliário e outros bens	14
3.1.3. Candidaturas a Programas de Apoio	15
3.2. Obter a certificação nível B do Modelo de Qualidade do ISS, enquadrada na norma 9001	16
3.2.1. Avaliação da Satisfação	16
3.2.2. Plano de Formação	16
3.3. Fortalecer a imagem da Associação	17
3.4. Garantir as condições de sustentabilidade financeira da Associação	17
<b>4. Apoios</b>	18
<b>5. Recursos</b>	20
5.1. Recursos Humanos	20
5.1.1. Quadro de Pessoal	20
5.2. Recursos Materiais	21
<b>6. Análise económica e financeira</b>	22
<b>7. Notas Finais</b>	23
<b>ANEXOS:</b>	26
Relatório de Contas 2018	



## 1. Nota Introdutória

Este relatório, balanço e contas reflete as ações e atividades desenvolvidas pela AIPAR, durante o ano de 2018, nas suas áreas de intervenção social, concretizando a sua missão, visão e valores, assim como a sua estratégia organizacional.

Apresenta o balanço funcional da sua atuação, a execução orçamental que permitiram alcançar os objetivos definidos no respetivo plano de ação e, consequentemente, identifica áreas de intervenção prioritária ou de melhoria estabelecidas para o ano seguinte.

Este documento mostra, ainda, o alinhamento das atividades em exercício com as prioridades estratégicas estabelecidas ao nível económico e financeiro, ao nível da satisfação dos clientes e ao nível da capacidade de inovação, pois a Associação mantém-se bem focada em todas as questões desta natureza.

Na sequência do executado no ano anterior, e perante a conjuntura económica e social, tanto local como nacional, as atividades planeadas e executadas pelas diferentes respostas sociais consideraram, mais uma vez, a otimização e racionalização dos recursos existentes, e a prossecução de ações para a obtenção de novas formas de apoio e suporte, visando manter a qualidade dos serviços prestados, como a procura da sua melhoria contínua.

No ano em análise destacamos como positivo: (1) o acompanhamento e ação inspetiva à AIPAR pelos serviços respetivos da Segurança Social e (2) o esforço para manter a sustentabilidade financeira da AIPAR a par da qualidade da resposta prestada

Nas páginas que se seguem, encontra-se refletido o trabalho, empenho, esforço e dedicação da Direção desta Associação bem como a responsabilidade e empenhamento em cumprir a missão por parte da Equipa de Recursos Humanos através da prestação do apoio necessário às crianças, jovens e famílias que são referenciadas e admitidas nas diferentes respostas sociais.





## 2. Apresentação Institucional

### 2.1. A Organização

A Associação de Proteção à Rapariga e à Família (AIPAR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cujos fins e atividades principais são a prestação de apoio no domínio da Infância, da Juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo e apoio à família e à deficiência, tal como previsto nas alíneas a) e b), respetivamente, do art 1.º - A, do Dec. Lei 172-A/2014, de 14 de novembro. A AIPAR é membro da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina.

Em 2018, a AIPAR manteve em funcionamento três respostas sociais na área de intervenção da infância e juventude, com acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social, nomeadamente o Centro de Acolhimento Temporário, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e o Apartamento de Autonomização, e uma outra resposta social com protocolo de colaboração celebrado com a mesma entidade, o Programa de Emergência Alimentar – Cantina Social.

### 2.2. Missão, Visão e Valores

#### Missão

A AIPAR visa ***“proteger e promover os direitos de jovens raparigas e apoiar e capacitar as famílias, respeitando as diferenças.”***

#### Visão

- Ser uma instituição global, plural e coesa, reconhecida como referência em termos da qualidade da sua intervenção junto dos técnicos da área, da sociedade civil e da tutela, assumindo-se como referencial ao nível do acolhimento de jovens em situação de perigo, da qualificação dos seus ativos e gestão de recursos;
- Ser uma instituição fortemente implicada com os agentes sociais, económicos e culturais e reconhecida como parceiro fundamental para o desenvolvimento regional, nacional e internacional;
- Ser uma instituição de referência ao nível da inclusão social e inovadora no campo da formação e participação dos seus públicos alvo, internos e externos, e vista por eles como prestando um serviço adequado, inclusivo e de qualidade

#### Valores

- Qualidade dos serviços prestados;
- Rigor, autonomia, responsabilidade e flexibilidade na gestão;
- Dedicção, competência, produtividade e responsabilidade dos profissionais
- Ética profissional;
- Trabalho em equipa multidisciplinar;
- Disponibilidade para a mudança.

Atualmente a AIPAR continua a ser um referencial ao nível do acolhimento de jovens em situação de perigo, da qualificação dos seus ativos e da gestão dos recursos de que beneficia. Para além disso, pretende ser uma instituição fortemente implicada com os agentes sociais, económicos e culturais, reconhecida como parceiro fundamental para o desenvolvimento regional, nacional e internacional.



### 3. Análise do Desempenho Global da AIPAR em 2018

#### 3.1. Apresentação dos resultados do Programa de Gestão

##### 3.1.1. Assegurar o funcionamento das respostas sociais

##### a) Casa de Acolhimento Residencial –CAT- “Proteção à Rapariga”

Ao longo do ano de 2018, frequentaram a casa de acolhimento “Proteção à Rapariga”, um **total de 30 jovens**, das quais só **11 jovens é que foram admitidas** nesta Casa de Acolhimento, no ano em análise.

Destaca-se que o grupo etário em prevalência, em 2018, foi dos 16 aos 19 anos. Esta situação emerge de dois factores: o acolhimento há mais de dois anos das jovens nesta casa de acolhimento e por outro lado a idade da jovem aquando da admissão ser maioritariamente entre os 14 e os 15 anos.

Quadro n.º 1

Grupo etário	Nº de utentes que frequentaram o CAT em 2018	Nº de utentes que saíram do CAT em 2018
19-20	3	1
18-19	7	4
17-18	7	3
16-17	7	3
15-16	2	1
14-15	4	3
13-14	0	0
12-13	0	0
12	0	0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>15</b>

A maioria das jovens chega ao Centro de Acolhimento Temporário (CAT) com várias problemáticas associadas: problemas de comportamento médios ou graves (agressões físicas, pequenos furtos, entre outros), problemas de saúde mental diagnosticada e não diagnosticada, violência doméstica, fuga de casa dos pais, fuga escolar, absentismo escolar e/ou consumos vários de substâncias psicoativas.

Durante o ano em análise, **15 jovens tiveram a sua medida de acolhimento residencial cessada**, na sequência da alteração da medida de promoção e proteção: 3 passaram para medida de apoio junto dos pais, 3 continuaram com a medida de acolhimento residencial tendo, no entanto, sido transferidas para outras casa de acolhimento dentro do e fora do distrito – CAT, comunidade terapêutica e apartamento de autonomização e 5 saíram após a maioridade. Refere-se, ainda, que 1 das jovens teve a sua medida completamente cessada.

As jovens que estavam em acolhimento no CAT, no final de 2018, encontravam-se, na sua maioria, a desenvolver um Plano Socioeducativo (PSEI) adequado às suas necessidades e às suas capacidades.

## Avaliação da Intervenção:

Em 2018, a Casa de Acolhimento Proteção à Rapariga, desenvolveu diversas atividades visando o acompanhamento das jovens, o fortalecimento de competências pessoais, sociais e relacionais

Com o objetivo de trabalhar competências transversais nas jovens acolhidas, de promover a sua autoestima, autonomia e/ou integração social, em 2018, o CAT desenvolveu diversas atividades e projetos.

### Quadro n.º 2 - Dinâmica interna da Casa de Acolhimento

Atividade	Descrição da Atividade
<b>Gestão de Caso</b>	<p>Estas atividades são realizadas semanalmente, ao longo do ano:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação no processo de admissão e de acolhimento das jovens;</li> <li>- Avaliação diagnóstica das jovens e construção do PSEI;</li> <li>- Atendimentos regulares entre as gestoras de caso e as jovens para balanço dos PSEI e para redefinição (se necessário) de estratégias de atuação;</li> <li>- Promoção de treino de competências pessoais e de gestão económica, aconselhamento, orientação, esclarecimento de dúvidas, bem como o encaminhamento de situações para diferentes respostas, efetuados nos atendimentos individuais com as jovens;</li> <li>- Contactos telefónicos e reuniões com os responsáveis parentais ou legais das jovens, a fim de se envolver a família no processo de acolhimento das jovens e preparar, caso seja possível, a posterior reunificação familiar;</li> <li>- Acompanhamento das visitas familiares e/ou supervisão das mesmas em caso de necessidade identificação ou solicitação do tribunal</li> </ul>
<b>Reuniões Comunitárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões semanais com as jovens, presididas pela Diretora Técnica, com a presença de elementos da Equipa Técnica Educativa, na qual são abordados assuntos relacionados com o funcionamento do CAT e são feitas reflexões, sugestões, propostas de alteração de estratégias; pretende-se promover a participação, responsabilização e envolvimento do grupo nas decisões;</li> </ul>
<b>Acomp. escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparação do ano letivo: reuniões com jovens para definição de regras e de estratégias de apoio e de acompanhamento escolar; preparação do material escolar; caminhadas para reconhecimento dos caminhos a pé para as escolas da cidade concretamente para as jovens que integram a instituição no início do ano letivo;</li> <li>- Apoio nas visitas de estudo</li> <li>- Apoio na aquisição de recursos materiais e tecnológicos para o desenvolvimento de algumas aulas dos cursos profissionais ( ex: fardas)</li> <li>- Reunião com os diretores de turma, efetuadas pelo (a) professora encarregada de educação ou pela equipa técnica.</li> <li>- Apoio ao estudo diário, na sala de estudo da Instituição, de acordo com os horários escolares e as necessidades próprias das jovens.</li> </ul>



<b>Acomp. psicológico</b>	<p>- Sessões regulares de apoio psicológico para as jovens, sob responsabilidade da Psicóloga do CAT, no decurso do acolhimento, quer para mediar conflitos, quer para apoio mais individualizado. Este atendimento tem sido ainda efetuado com o apoio de estagiários de psicologia da Universidade do Algarve;</p> <p>- Encaminhamento para apoio psicológico de jovens que necessitem do mesmo fora da instituição, de acordo com a problemática identificada ou acompanhamento já iniciado antes do acolhimento nesta resposta social - Hospital, GAJE, entre outros.</p>
<b>Acomp. da Saúde</b>	<p>- Acompanhamento das jovens nas consultas médicas e nos tratamentos marcados por parte da equipa técnica.</p> <p>- Administração/vigilância da terapêutica medicamentosa indicada às jovens, por parte da equipa educativa e supervisionada pela técnica estipulada para o efeito.</p>
<b>Atividades de enriq. pessoal com vista à autonomia</b>	<p>- Execução diária de tarefas quotidianas, por parte das jovens visando a sua aquisição e/ou desenvolvimento de competências ao nível da higiene pessoal e habitacional, da confeção de refeições e da organização do lar, essenciais para uma vida fora do contexto institucional. Todas as jovens tiveram tarefas, monitorizadas pela equipa educativa e supervisionadas por estas e pela equipa técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• preparação de refeições: fazer lista de compras, ida às compras; preparação da refeição</li> <li>• realização de tarefas inerentes às refeições (pôr mesa, lavar loiça, arrumar a sala de refeições e a cozinha ...)</li> <li>• limpeza das casas de banho e dos espaços comuns (corredores, escadas, hall's;)</li> <li>• limpeza e arrumação dos bens individuais;</li> <li>• tratamento da higiene dos animais de estimação assim como dos espaços e objetos que estes utilizam;</li> </ul> <p>- Realização de atendimentos individuais, no âmbito do Treino de Competências Profissionais, com as jovens, que pretendiam a inserção laboral, no sentido da aquisição e o desenvolvimento de competências que promovam a integração profissional das jovens – elaboração do curriculum vitae; preparação para entrevistas de emprego; preenchimento de fichas de inscrição, entre outros...</p>
<b>Projetos de grupo</b>	<p>- Projeto Arte-Terapia, com a duração de dois anos, da responsabilidade da Arte-Terapeuta Sónia Esteves, utilizado para promover a aquisição de competências afetivas e de assertividade através da Arte-Terapia;</p>
<b>Atividades religiosas</b>	<p>- Participação regular das jovens em atividades de cariz religioso, de iniciativa própria e sempre de acordo com as suas convicções.</p>
<b>Atividades de Voluntariado</b>	<p>- Voluntariado na atividade "Verão sem Escaldão", promovido pela Associação Oncológica do Algarve;</p> <p>- Voluntariado nas campanhas Saco do Banco Alimentar;</p>
<b>Atividades Desportivas</b>	<p>Atividades desportivas, promovidas pela Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dança Kizomba (Ben e Marta, late Club)</li> <li>• Judo (Clube de Judo do Algarve e Academia de Judo de Faro)</li> <li>• Desportos Náuticos - SurfPadel, Windsurf e Canoagem (Centro Náutico de Faro)</li> <li>• Relaxamento (voluntária da Associação)</li> <li>• Equitação</li> <li>• Passeios e caminhadas</li> </ul>



<b>Atividades Socio Culturais Promov. pela Comunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Idas a feiras tradicionais (Castro Marim, Feira de Santa Iria (Faro), Silves...)</li> <li>- Idas ao Cinema</li> <li>- Idas ao Teatro</li> <li>- Comemoração do dia Internacional do Cinematógrafo (Cineclube de Faro);</li> <li>- Comemoração do dia Internacional da Mulher (oferta MDM)</li> </ul>
<b>Outras Atividades planeadas e desenvolvidas na Instituição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comemoração da Festa de Reis;</li> <li>- Sunset de Verão organizado pelas jovens, para o qual convidaram alguns amigos e elementos da Comunidade próxima;</li> <li>- Participação num convívio com a equipa feminina de futebol australiana, <u>Westfield Matildas</u>; Deslocação a um jogo de futebol.</li> <li>- Comemoração dos aniversários das jovens, preparados com e para as mesmas.</li> <li>- Passeios recreativos: Baixa de Faro, Olhão, Tavira, Fórum Algarve, Portimão; Alte (Loulé);</li> <li>- Workshop's de cozinha e pastelaria principalmente nas épocas festivas;</li> <li>- Manhãs desportivas com caminhadas, passeios de bicicleta, peddy papper, jogos ao ar livre;</li> <li>- Noite de cinema na Instituição (na sala ou no terraço)</li> <li>- Jantares temáticos: Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Dia de Halloween, Natal e Passagem de Ano;</li> </ul>

Pode dizer-se que as atividades preparadas e desenvolvidas com as jovens da Casa de Acolhimento Proteção à Rapariga se mostraram adequadas e alcançaram as metas pretendidas.

Constatou-se, que todas as jovens acolhidas no período em análise, revelaram, embora de forma distinta, melhorias expressivas nas suas competências pessoais, na forma como se relacionam com o grupo e na sua inserção na Comunidade.

Aquando da avaliação da satisfação, no período previsto, constatou-se que o grau de satisfação das jovens é bastante bom, embora existam alguns aspetos no qual se verificam alguma oscilação na satisfação, os quais se prendiam, na sua maioria, com a vontade das beneficiárias e não com o definido no regulamento da Casa de Acolhimento e as demais obrigações legais.

Sempre que necessário, e após reflexão em equipa de trabalho e com as próprias jovens em reunião comunitária, foram delineadas ações de melhoria.

### b) Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental "Proteção na Família", adiante designado CAFAP, continuou, em 2018, a investir na sua missão com as famílias e potenciar a relação das mesmas com a comunidade e com as redes de suporte existentes.



Como balanço da atividade desenvolvida por esta resposta social, sobressaem os seguintes resultados:

Ao longo de 2018, o CAFAP Proteção na Família, abrangeu um **total de 39 famílias - 32 na modalidade de preservação familiar e 7 na modalidade de reunificação familiar.**

Quadro n.º 3

Nº de Famílias que frequentaram a resposta em 2018		Nº de Famílias que saíram em 2018	
Preservação	Reunificação	Preservação	Reunificação
32	7	10	2

Esta resposta social recebeu, em 2018, **22 novos pedidos de acompanhamento**, tendo sido a maioria sinalizada pelo Setor de Assessoria Técnica a Tribunais da Segurança Social de Faro (7 referenciações), seguido pelo próprio Tribunal de Família e Menores (5 referenciações), Educação (3 pedidos), NHACJR do Centro Hospitalar Universitário do Algarve e Casas de Acolhimento (2 referenciações) e pelas CPCJ de Faro e Loulé (1 referenciação cada)

No final de 2018, **13 famílias foram admitidas** a partir das referenciações feitas. As restantes não foram passíveis de admissão, ora por que não consentiram na intervenção, terem deixado de haver essa necessidade por ter sido encontrada outra resposta, ou por não se encontrarem a residir na área de abrangência definida no Acordo de Cooperação celebrado com a Segurança Social.

Assim, no decurso do ano em análise, dos 39 processos acompanhados, 26 são referentes a processos transitados de 2016 e de 2017, e os restantes 13 correspondem a processos novos. Foram arquivados 12 processos, sendo que a maioria foi cessada por orientação da entidade encaminhadora, retiradas de consentimento e não renovação do acordo familiar, resultante das ausências contínuas dos agregados familiares. Uma das saídas teve a ver com a alteração da residência da menor em acompanhamento, para fora da área de abrangência. Houve duas situações em que as crianças foram acolhidas em casa de acolhimento, sem perspetiva de uma reunificação a curto prazo.

Persiste um caso em lista de espera para a modalidade de reunificação familiar. Esta é a modalidade que usualmente fica com lista de espera devido ao facto das vagas estipuladas em acordo serem apenas 5 e como tal não nos é possível em tempo, considerado útil, cumprir o solicitado pelas entidades referenciadoras.

No final de 2018, **encontravam-se em acompanhamento 26 famílias, perfazendo um total de 110 pessoas, das quais 58 são crianças e jovens até aos 18 anos, e 52 adultos (pais, avós ou outros cuidadores).**

Quadro n.º 4

Situação de acompanhamento

	Preservação Familiar	Reunificação familiar
Admissões	9	4
Saídas	10	2
Permanência	21	5



No final de 2018, a maioria das famílias continua com a intervenção do CAFAP, encontrando-se a ser executado o plano de Integrado de Apoio Familiar. No caso das famílias admitidas no final do ano, encontram-se na fase de avaliação familiar.

Ao longo da intervenção, e sempre que necessário, existe uma articulação com as equipas do Setor de Assessoria a Tribunais da Segurança Social e com as escolas e equipas associadas, no sentido de recolher as informações necessárias e de obrigação legal para além de se definir estratégias de intervenção com as crianças e jovens.

### **Avaliação da Intervenção:**

O CAFAP desenvolveu um conjunto de atividades, com caráter sistémico e bioecológico, centradas nas forças, possibilidades, competências e processos de resiliência de cada uma das famílias, baseando-se sempre numa lógica e postura de respeito, colaboração e empowerment das mesmas.

As atividades realizadas com cada família foram diversificadas, individualizadas quando imprescindível e adequadas às necessidades diagnosticada. Incluíram, entre outros mais esporádicos e pontuais, os apoios e atendimentos gerais, os apoios psicopedagógicos e sociais e as sessões de formação parental.

### **Quadro n.º 5 - Dinâmica Interna do CAFAP**

Atividades	Descrição do executado
<b>Admissão de famílias</b>	<p>Foram realizadas cerca de 30 entrevistas de acolhimento para admissão das famílias, tendo resultado nas 13 admissões, das 22 referenciações.</p> <p>As entrevistas de acolhimento apresentam este resultado dado que regra geral são efetuadas duas entrevistas com as famílias: uma para explicar o procedimento e outra para assinatura do acordo. No caso de famílias separadas/divorciadas este número aumenta dado que é necessário fazer-se entrevistas individuais aos progenitores.</p> <p>Ao nível da avaliação diagnóstica são realizadas, em média, cerca de 4 a 6 atendimentos/família.</p> <p>A avaliação diagnóstica foi executada mediante o preenchimento da ficha de avaliação familiar desta resposta social, e complementada com alguns testes de avaliação das competências pessoais e parentais das famílias. Posteriormente foi efetuado com as famílias, o Plano Integrado de Apoio Familiar.</p>



<p><b>Ações de Formação Parental</b></p>	<p>Realizaram-se vários, uma média de 141.5 acompanhamentos e atendimentos, maioritariamente em contexto domiciliário das famílias durante as quais se colocava em prática os planos de intervenção.</p> <p>Facultaram-se orientações relativamente às rotinas quotidianas das crianças, reflectindo-se acerca do exercício das responsabilidades parentais (definição de rotinas, regras e limites) e para reforço e aquisição de competências e recursos necessários a uma melhor dinâmica familiar (treino das capacidades pessoais e de organização familiar gestão de orçamento familiar, gestão de tempo, ...); Houve visualização de filmes pedagógicos com reflexão da mensagem orientada pela técnica.</p> <p>Realizou-se a monitorização das consultas e tratamentos de algumas crianças, orientando as famílias para a sua plena execução.</p> <p>Fizeram-se acompanhamentos e aconselhamento para a administração da toma de medicações.</p>
<p><b>Intervenção Individual e Apoio Psicopedag. e Social</b></p>	<p>Durante 2018, existiram 1617 acompanhamentos e atendimentos regulares, que englobaram tanto numa óptica de intervenção Individualizada como o apoio psicopedagógico e social.</p> <p>Existiram diversas alterações aos atendimentos presenciais, efetuadas quer pelas famílias derivantes das muitas dificuldades em lidar com a presença, em contexto domiciliário, de um elemento externo, quer por parte da equipa técnica por questões imprevistas.</p> <p>Os acompanhamentos foram constituídos por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aconselhamentos, orientação, formação individualizada ao nível das competências pessoais e sociais concretamente ao nível dos cuidados básicos (higiene pessoal e do vestuário), aplicação de técnicas de auto estima e de resolução de conflitos</li> <li>- sessões individuais com os pais para reforço das competências parentais, especialmente ao nível da segurança, estabelecimento de limites e estimulação, adaptação a novas formas de organização da vida diária, com definição de mapas de registo das rotinas, hábitos de estudo, gestão de tempo (através do visionamento de filmes educativos, reflexão conjunta sobre os mesmos, reforço positivo dos pais; definição de objetivos semanais; telefonemas aos pais entre sessões)</li> <li>- sessões de conciliação/mediação de conflitos entre os elementos da família, no sentido de promover uma comunicação mais saudável e a solução de dificuldades,</li> <li>- aconselhamento e informação sobre os serviços da comunidade, identificando os recursos existentes e formas de acesso – era facultada informação sobre o apoio prestados por entidades como Segurança Social (abonos de família e bonificação por deficiência; apoio judiciário, Rendimento Social e Inserção, Pensão de Invalidez/velhice) facilitando-se o preenchimento de formulários para mais fácil entrega nos serviços.</li> <li>- prestação de informações sobre os direitos e deveres individuais e familiares, tendo sido na sua maioria questões relacionadas com as responsabilidades parentais, fundo de garantia a menores;</li> <li>- articulação, através de reuniões e contactos telefónicos, com as diversas entidades privadas e publicas de apoio às famílias: escolas, Pre-escolar, Gabinetes de Apoio Psicossocial, mediante o qual foi possível as famílias começarem a ter uma melhor articulação com as respetivas instituições de apoio.</li> <li>- encaminhamento das famílias para outras entidades existentes na comunidade consoante as necessidades apresentadas pelos diversos elementos dos agregados familiares.</li> <li>- atividades de ocupação de tempos livre, durante um período de pausa letiva do verão, dirigidas às crianças e jovens cujas famílias não tinham possibilidade financeira para colocar em campos de férias e ATL's, com o desenvolvimento de atividades para promoção de competências pessoais e sociais, em contexto de grupo</li> </ul>

<b>Outros Apoios</b>	<p>Face às necessidades verificadas no âmbito dos acompanhamentos, o CAFAP efetuou junto da maioria das famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a entrega de bens (roupa, brinquedos e material escolar); cabazes de alimentos e móveis (secretárias, camas, armários, mesas, sofás, equipamento de cozinha, entre outros).</li> <li>- encaminhamentos para os Cabazes alimentares do Banco Alimentar.</li> </ul> <p>Este apoio foi realizado, maioritariamente, aquando dos atendimentos às famílias, numa óptica de optimização de recursos. Existiram famílias que se deslocaram à AIPAR para recolha dos bens doados.</p>
----------------------	--

No decurso da intervenção, observaram-se mudanças positivas na organização e na dinâmica da maioria das famílias acompanhadas.

Destaca-se a existência de particularidades para as quais se torna importante definir-se estratégias de intervenção: Faltas injustificadas, alterações constantes por parte das famílias aos atendimentos inerentes às resistências dos elementos familiares, resistência na recolha de dados para a avaliação familiar e consequente definição do Plano de Intervenção.

Seria igualmente proveitoso o alargamento desta resposta ao nível do número de vagas para a reunificação familiar bem como para o apoio a famílias dos concelhos limítrofes, onde o trabalho desenvolvido pelo CAFAP mostrou-se proveitoso e de grande utilidade social para um concelho, onde as respostas sociais desta natureza são, ainda, notoriamente diminutas.

### c) Casa de Acolhimento Residencial - Apartamento de Autonomização "Protecção na Autonomia"

No ano em análise, estiveram em **situação de acolhimento no Apartamento de Autonomização, 4 jovens** no âmbito da aplicação da medida de acolhimento residencial em apartamento de autonomização.

No final do ano, encontravam-se 3 jovens na casa de acolhimento residencial: uma jovem com revisão semestral e 2 jovens com medida até aos 21 anos, com o objectivo de concluir o ensino secundário e outra jovem com o objectivo de concluir o ensino superior.

**Quadro n.º 6**

Grupo etário	Nº de utentes que frequentaram a resposta em 2018	Nº de utentes que saíram da resposta em 2018
<b>20-21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>19-20</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>18-19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>17-18</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>16-17</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>15-16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>14-15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Durante o ano em análise, 1 jovem teve a sua medida de acolhimento residencial cessada nesta casa de acolhimento, através cessação por iniciativa da jovem que foi viver para casa de uma irmã, em Faro.



As três jovens que estavam em acolhimento, duas já estavam a desenvolver o Plano Socioeducativo (PSEI) e a terceira jovem encontrava-se em processo de adaptação e avaliação Diagnóstica.

### **Avaliação da Intervenção:**

Em 2018, a Técnica afeta ao Apartamento apostou na execução de atividades que impulsionassem o desenvolvimento pessoal e social e o treino de competências necessárias quotidiano das jovens: formação pessoal e social, supervisão das atividades escolares e/ou profissionais, procura ativa de emprego em part-time, gestão doméstica, gestão do orçamento familiar e apoio na utilização das redes interinstitucionais de suporte.

**Quadro n.º 7 - Dinâmica do Apartamento de Autonomização**

Tipo de Atividade	Descrição do executado
<b>Atividades de acompanhamento do projeto de vida</b>	Reuniões semanais com as jovens, no âmbito das quais se falava de assuntos relacionados com o seu quotidiano, espírito de grupo, tomada de decisões, gestão e manutenção doméstica, gestão financeira e discussão do planeamento semanal individual.
	Supervisão e orientação das atividades de gestão doméstica diária limpeza dos espaços individuais e comuns da casa, higiene e confeção dos alimentos, arrumação, organização das tarefas, lavar a roupa, passar a roupa a ferro, cozinhar e fazer compras.
	Realização de marcação e efetivação de consultas médicas no centro de saúde, no optometrista, ortopedista e no dentista por parte das jovens; Deslocação aos serviços existentes na comunidade por parte das jovens para resolver assuntos: centro de emprego, empresas de trabalho temporário, loja do cidadão, rodoviária;
<b>Atividades de acompanhamento escolar/formação</b>	Acompanhamento escolar diário às jovens, tanto na escola quanto na Instituição, com a ajuda da professora destacada pelo Ministério da Educação e da técnica do apartamento.  Preparação do ano letivo: reuniões com as jovens para definição de estratégias de apoio e de acompanhamento escolar.
<b>Atividades de inserção no mercado de trabalho</b>	Incentivo e orientação para a procura de emprego: elaboração ou atualização de curriculum vitae, de acordo com a experiência profissional adquirida no trabalho realizados anteriormente
<b>Outras atividades</b>	Participação, no dia 05/01/2018 das jovens na Festa de Reis aberta à comunidade Participação nas Campanhas Saco do Banco Alimentar em Maio e Dezembro de 2018

De uma forma global, o trabalho desenvolvido com as jovens acolhidas no Apartamento de Autonomização obteve bons resultados.





Foi registada uma melhoria significativa no envolvimento das jovens no processo de autonomização e ao nível da sua participação na dinâmica da casa. Constatou-se uma maior capacidade de partilha e de cooperação entre a maioria das jovens.

As maiores dificuldades sentidas, ao longo da intervenção, prende-se com a conciliação de horários entre a técnica e as jovens que já se encontram a exercer atividade profissional pois obstaculiza a realização de reuniões comunitárias, colmatando-se essa situação com as reuniões e acompanhamentos individuais.

Foi aferida a satisfação dos clientes, no período previsto, tendo-se verificado que o grau de satisfação das jovens é bastante bom.

#### d) Cantina Social

Existiu, durante o ano em análise, a continuidade do protocolo de colaboração com a Segurança Social para a emergência alimentar, tendo sido **fornecido** o número de refeições diárias estabelecidas em protocolo, a famílias com critérios que as colocam em situação de grave carência económica e social, do concelho de Faro, encaminhadas para a AIPAR pelos Serviços de Ação Social do Município.

#### Quadro n.º 8

##### N.º de refeições diárias, por mês

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
58	60	58	57	56	54	55	55	55	50	48	46

Foi aferida a satisfação dos clientes, no período previsto, tendo-se verificado que o grau de satisfação é muito bom e o serviço foi adequado às suas necessidades.

### 3.1.2. Desenvolver a área do apoio social à comunidade e família

#### a) Atribuição de Cabazes do Banco Alimentar

A AIPAR continua a dar apoio a famílias carenciadas do concelho de Faro atribuindo Cabazes Alimentares, em parceria com o Banco Alimentar e/ou o encaminhamento para outros serviços de apoio, quando se justifica e de acordo com a especificidade de cada caso.

Para ser possível a constituição destes cabazes, a AIPAR realiza duas vezes por mês o levantamento de alimentos secos e frescos.

Estes cabazes são, por vezes, reforçados com géneros alimentares provenientes de outra entidade com a qual a AIPAR tem estabelecido protocolo de parceria para doação de bens alimentares e de higiene pessoal e habitacional.

#### b) Apoio de vestuário, mobiliários e outros bens

Tal como nos anos anteriores, a AIPAR continuou, em 2018, a entregar diverso vestuário, calçado, mobiliário e electrodomésticos a famílias com baixos recursos económicos ou ausência



dos mesmos, tanto através da sua resposta social CAFAP como no âmbito da articulação com entidades parceiras que solicitavam apoio nesse sentido.

Para esse efeito, esta associação pôde contar com donativos em géneros alimentares, vestuário, mobiliário e ações de colaboração de vários mecenas da comunidade, nomeadamente empreendimentos hoteleiros.

### 3.1.3. Candidaturas a Programas de Apoio

Na busca de programas e linhas de financiamento para, por um lado, encontrar soluções para as necessidades sentidas quer pelos beneficiários das respostas sociais da Associação e por outro, para melhorar e inovar os serviços de sustentabilidade da AIPAR, considerou-se pertinente elaborar-se algumas candidaturas a programas nacionais na tentativa de trazer novos projetos e atividades à Associação.

Assim, ao longo de 2018, foram efetuadas as seguintes candidaturas:

**Quadro n.º 9 – Resumo das candidaturas efetuadas**

Apoio	Entidade promotora	Objetivo	Resultado
Candidaturas de Apoio ao Associativismo	Câmara Municipal de Faro	Investir em novas viaturas que melhorassem a recolha e transporte dos alimentos	Apoio até 10,000€ para aquisição de uma carrinha refrigerada para apoio na recolha e distribuição de alimentos perecíveis confeccionados ou não.
Prémio Manuel António da Mota	Fundação Manuel António da Mota	Aumentar o número de vagas e de atividades para as crianças e jovens do CAFAP	Não aprovada
PROCOOP	Instituto da Segurança Social, I.P	Celebração de novo acordo de cooperação para implementação do CAO	Aguarda-se resposta
PROCOOP – Respostas Inovadoras	Instituto da Segurança Social, I.P	Implementação de um Centro de acolhimento Nocturno para crianças	Aguarda-se resposta

Face ao exposto, pode dizer-se que a meta definida para a continuidade do funcionamento das respostas sociais foi satisfatoriamente alcançada. Relativamente ao funcionamento das respostas sociais existentes continuaram a existir os acordos de cooperação com a Segurança Social e foram elaboradas candidaturas para a obtenção de financiamento para o desenvolvimento das mesmas, tendo sido obtidos alguns apoios quer através da aprovação de uma dessas candidaturas, quer através de voluntários e mecenas. Este funcionamento foi reforçado com a execução de dinâmicas de auto-sustentabilidade.

No que concerne à implementação do Centro de Atividades Ocupacionais na área da deficiência (CAO) e do Centro de Apoio Nocturno para crianças, este objetivo não foi conseguido pois apesar de se ter efetuado candidatura ao PROCOOP do Instituto de Segurança Social, não se obteve resposta até ao final de 2018.





### **3.2. Obter a certificação nível B do Modelo de Qualidade do ISS, enquadrada na norma 9001**

Em 2018, a AIPAR continuou a desenvolver formas para implementar o modelo de avaliação acima mencionado. Continuaram-se a aplicar os procedimentos inerentes ao processo da qualidade: criação e uniformização de procedimentos nas diferentes respostas sociais, manutenção dos processos-chave, avaliação de desempenho dos funcionários abrangidos por essa obrigatoriedade, satisfação dos funcionários e dos clientes, plano de emergência e cumprimento do plano HACCP e do Plano de Formação.

#### **3.2.1. Avaliação de Satisfação**

Ao longo do ano e em períodos de tempo previamente estabelecidos, foi realizada a avaliação de satisfação dos clientes das várias respostas sociais e dos funcionários da Associação, efetuada através do preenchimento de um questionário enviado, maioritariamente, através de um formulário do Google drive. Foi aplicado manualmente aos clientes que não possuem equipamento informático.

Dos dados obtidos foi possível aferir que tanto os clientes das respostas sociais como os funcionários da AIPAR avaliam positivamente o trabalho da Associação.

#### **3.2.2. Plano de Formação**

No sentido da valorização profissional desta equipa de trabalho, os funcionários frequentaram, ao longo de 2018, 14 ações de formação - interna e externa - que totalizaram um volume de formação de 978 horas.

A maioria dos trabalhadores, frequentou ações externas à instituição, tendo estas sido ora recomendadas pela Direção da AIPAR ora por iniciativa própria. Sempre que necessário, por falta de conciliação horária, a Direção autorizou a dispensa das horas de trabalho, de acordo com o estipulado pela legislação em vigor.

A formação existente teve como resultado final um total de 4 trabalhadores com mais de 35 horas de formação, 22 funcionários com menos do que o mínimo de horas de formação definido por lei e 2 trabalhadores não frequentaram quaisquer formações.

Constata-se, ainda, que face a 2017, houve uma melhoria no número de trabalhadores com formação, o que contribuiu para a diminuição do número de trabalhadores sem qualquer formação.

Pode, assim, dizer-se que a AIPAR cumpriu o seu objetivo que era o de assegurar a formação contínua a 10% dos trabalhadores.





### **3.3. Fortalecer a imagem da Associação**

Fortalecer a imagem e o nome institucional, é uma meta constante da AIPAR, junto da comunidade ao longo do país.

No decurso de 2018, esta meta foi alcançada, através da representação da Associação em eventos de interesse público, da realização parcerias com as entidades públicas e privadas e da procura de mecenas.

Foi, também realizado um trabalho importante através das redes sociais e da página Web, como meio de divulgação imediata das actividades mais relevantes da Associação.

Pretende-se continuar a apostar na divulgação das suas boas práticas através destes meios de comunicação.

Para reforçar a divulgação efetuada, junto da comunidade, a AIPAR envolveu-se nas seguintes atividades e/ou projetos.

**Quadro n.º 11 – Atividades de divulgação da Associação**

<b>Atividade</b>	<b>Calend.</b>	<b>Descrição</b>
<b>Festa de Reis</b>	05/01/18	Evento realizado anualmente para a comunidade e que já muitos aguardam. Regra geral são convidadas as entidades/indivíduos que apoiam a AIPAR, destacando-se, entre outras, Segurança Social, Município, Forças de segurança, Município, CPCJ's, Tribunais comunidade educativas das escolas que as jovens frequentam, parceiros sociais, mecenas e voluntários. Um dos pontos altos da festa é a entrega dos presentes de Natal, individuais e coletiva, às jovens acolhidas nas Casas de Acolhimento da AIPAR.
<b>Campanha Nacional do Banco Alimentar</b>	Maio e Dezembro de 2018	Participação anual na Campanha Saco do Banco Alimentar, com o apoio dos voluntários e dos clientes das várias respostas sociais da AIPAR, quer na recolha de bens alimentares no Pingo Doce da Penha, quer no apoio a outras entidades no transporte dos alimentos recolhidos até ao armazém do Banco Alimentar, em Faro.
<b>Oferta de brinquedos, roupas e outros bens</b>	Ao longo do ano	Articulação com outras entidades e associações do concelho de Faro para oferta de brinquedos, roupas e outros bens necessários. Apoio social a famílias através de cabazes e de bens como vestuário, calçado, mobiliário e outros materiais para manutenção das casas.
<b>Participação com os Padrinhos de Portugal</b>	Ao longo do ano	A AIPAR apadrinha, uma criança residente em Moçambique, através da Associação Padrinhos de Portugal, com o grande objetivo de sensibilizar as jovens acolhidas no CAT para a partilha e solidariedade.
<b>Outras parcerias</b>	Ao longo do ano	A AIPAR, através da Presidente da Direção ou de um seu representante designado, continua a estar presente nas reuniões regulares de várias entidades da comunidade: - Rede Social - Conselho Local de Ação Social de Faro (CLAS); - Rede Regional do Algarve de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RRAAPVTSH); - Grupo de Apoio a Toxicodependentes de Faro – no âmbito de um projeto social

### **3.4. Garantir as condições de sustentabilidade financeira da Associação**

A AIPAR mantém a sua aposta no desenvolvimento de novas atividades e respostas que lhe permitam prosseguir com a sua meta de inovação e de sustentabilidade da Associação, continuando a esforçar-se para diminuir os custos gerais e aumentar as suas fontes de



financiamento.

Nesta perspetiva continua a desenvolver as seguintes atividades:

**A. Sistemas de Eficiência Energética** – em 2018, a Associação continuou empenhada no seu trabalho de eficiência energética e de respeito pelo ambiente e que têm produzido resultados positivos:

- controlo nos gastos de água, luz e gás;
- utilização de ecopontos domésticos;
- reutilização de materiais;
- utilização de lâmpadas economizadoras;
- redução da taxa de utilização do elevador.

**B. Venda de Energia Elétrica** – persistiu na sua aposta em vender a energia produzida pelos painéis solares adquiridos em 2012.

**C. Serviço de refeições para eventos “Aromas, Cores e Sabores”** – Este serviço pretende contribuir para a auto sustentabilidade da AIPAR e é cada vez mais conhecido na comunidade, fruto da divulgação dos clientes e da sua divulgação pela associação.

A AIPAR continua a apostar nesta atividade no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado e aumentar o número de clientes.

**D. Rentabilização da moradia adquirida na rua de Alportel, n.º 39** - Ao longo de 2018, a AIPAR desenvolveu estratégias para rentabilizar esse espaço, através do arrendamento dos quartos.

**E. Recuperação da quinta adquirida no Meloal** – Continuaram as obras de manutenção na moradia e organização do espaço, cujo principal objetivo é o servir para reforço das atividades da Associação.

Durante a pausa letiva do Verão, já foi possível a realização de atividades para os clientes das casas de acolhimento e do CAFAP.

## 4. Apoios

### 4.1. Financeiros

- Segurança Social, através dos acordos de cooperação estabelecidos para as várias respostas sociais;
- Município de Faro, através da aprovação de uma candidatura a um apoio dado às Instituições de Desenvolvimento Social do Concelho;
- IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, através de recursos humanos conseguidos mediante a Candidaturas Medida Estágio Emprego;

### 4.2. No âmbito da oferta de produtos alimentares, outros materiais e/ou bens

- Banco Alimentar contra a Fome, Faro;
- Jumbo de Faro;
- Grupo Hubel, produtor agrícola;
- QB Take Away;
- C&A Modas Portugal;
- Sapataria Garrocho e Filhos;





- Martinhal Quinta do Lago Family Resort;
- Mecenaz

#### 4.3. No âmbito da oferta de serviços

- Dentista Joana Marques;
- Clínica Marta Sancho;
- Clínica Dentária e de Podologia Central;
- Célia Brito Cabeleireiros;
- Morena's Esteticista;
- Dança Kizomba Ben & Marta;
- Clube de Judo do Algarve;
- Barcos Tavares & Guerreiro, transporte das jovens para as ilhas;

#### 4.4. Parcerias Formais

- Acordo de Parceria com a UALG, Universidade do Algarve:
  - três estágio curricular na área das Ciências da Educação e Formação, sob a orientação da Educadora Social do CAT.
- Acordo de parceria com a Sociedade Portuguesa de Arte Terapia (SPAT):
  - sessões de Arte-Terapia em grupo;
- Acordo de parceria com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa:
  - um estágio curricular na área de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, à responsabilidade da Psicóloga do CAFAP.



## 5. Recursos

### 5.1. Recursos Humanos

Para cumprir com os objetivos definidos e conseguir torná-los exequíveis, em 2018, a Associação contou com os recursos humanos abaixo indicados.

#### 5.1.1. Quadro de Pessoal

**CAT** – 20 a 100% + 1 Técnico a 50% + 1 avença (contabilista)

**CAFAP** – 4 Técnicos a 50%

**APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO** – 1 técnico a 50%

Em 2018, contou-se, ainda para reforço do quadro de pessoal, com:

- **1 docente através do Plano CASA, a tempo parcial**, que prestou apoio escolar e educacional às jovens do CAT, entre Janeiro até ao final Agosto de 2018. Esta colocação poucos benefícios trouxe para as jovens, pois a colocação foi tardia, a professora faltou muito e tempo horário foi manifestamente insuficiente;

- **2 docentes em regime de mobilidade estatutária do Ministério da Educação**, que prestam atualmente apoio escolar e educacional às jovens do CAT, para o ano letivo 2018/2019, visando o combate ao insucesso e absentismo escolar, estas docentes prestam um apoio imprescindível, foram selecionadas tendo em conta o perfil das jovens com que trabalham.

- **1 docente através do Plano CASA, a 40%**, que integrou a equipa de docentes da Associação, para reforçar o apoio escolar e educacional às clientes do CAT, no ano letivo 2018/2019. Esta modalidade de colocação e o tempo atribuído não satisfazem as necessidades.

- **voluntários** que através das suas ações de civismo social e que prestaram apoio em áreas muito diversificadas:

- Um grupo de jovens voluntários, oriundos de Espanha, que apoiou, na generalidade, as atividades da AIPAR;
- 1 voluntariado em apoio jurídico geral;
- 1 voluntariado para apoio nas atividades lúdicas às jovens do CAT e do Apartamento de Autonomização, nomeadamente ao nível da costura e bordados, sessões de reiki e sessões de relaxamento;



## 5.2. Recursos Materiais

Quadro n.º 12 – Recursos materiais da AIPAR

Tipo	Recursos Existentes
Bens imóveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- edifício onde funciona a sede da Associação, o CAT, o CAFAP e a Cantina Social</li> <li>- um apartamento onde funciona o Apartamento de Autonomização</li> <li>- uma moradia localizada na rua do Alportel</li> <li>- uma quinta com área rústica e área urbana;</li> </ul>
Equipamento de cozinha industrial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- frigoríficos</li> <li>- fogões</li> <li>- máquina de lavar loiça</li> <li>- utensílios vários (microondas, batedeira, varinha mágica, facas, ...)</li> </ul>
Equipamento de lavandaria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- máquinas de lavar</li> <li>- máquinas de secar</li> <li>- tábuas e ferros de engomar</li> <li>- utensílios vários (cestos, caixas de arrumação, armários de arrumos, ...)</li> </ul>
Equipamento informático e tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- computadores</li> <li>- impressoras</li> <li>- telefones</li> <li>- telemóveis</li> <li>- router internet</li> </ul>
Viaturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2 carrinhas de 9 lugares</li> <li>- 1 carrinha de 2 lugares</li> <li>- 2 carros ligeiros de 5 lugares</li> <li>- 1 furgão</li> <li>- 1 carrinha refrigerada – adquirida no final de 2018</li> </ul>
Equipamentos gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- de refeitório</li> <li>- de quartos</li> <li>- de salas</li> <li>- de escritório</li> <li>- desportivo</li> <li>- lúdico</li> </ul>



## 6. Análise económica ou financeira

A apresentação do balancete e do relatório e contas, em anexo a este relatório, demonstram os resultados das contas da AIPAR em 2018.



## 7. Notas Finais

A AIPAR demonstrou, ao longo do ano, uma dinâmica de funcionamento eficiente.

Os resultados alcançados, se encontram relatados no documento que agora se encerra, derivam da aplicabilidade das premissas da qualidade que estão a ser implementadas assim como do empenho e espírito de equipa dos funcionários que, diariamente, contactaram e trabalharam com os beneficiários e com as entidades privadas e públicas da comunidade, o que tem proporcionado, desta maneira o sucesso global.

Para além disso, a presença da Direção da Instituição tem proporcionado estabilidade e potencia a resolução atempada das dificuldades e a promoção de uma dinâmica institucional eficaz.

A Direção mantém a sua determinação em continuar a estabelecer objetivos de melhoria contínua para os seus clientes, utilizando os contributos necessários e possíveis para esse desígnio. Mantém, como até aqui, a preocupação de respeitar todos os seus compromissos, tanto com os/as utentes e as suas famílias, como para com os/as trabalhadores/as, entidades financiadoras, fornecedores e comunidade.

Neste sentido pretende, em 2019, dar prioridade às necessidades sentidas pelos clientes das diversas repostas sociais, pelos funcionários, e comunidade, visando sempre a promoção da inovação e a melhoria contínua dos serviços prestados.

Assim, e de acordo com a missão e os seus valores institucionais, a AIPAR propõe-se, em 2019:

- Manter em funcionamento as quatro respostas sociais já criadas:
  - Centro de Acolhimento Temporário (CAT)
  - Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental (CAFAP)
  - Apartamento de Autonomização
  - Programa de Emergência Alimentar (Cantina Social);
- Procurar formas de financiamento para alargar a rede de apoio a prestar à sociedade, apostando na candidatura à celebração de novos acordos de cooperação com a Segurança Social através do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP) para implementação de um CAO para deficientes do e efectuação do Centro Nocturno de Acolhimento - Serviço de apoio noturno para crianças com idades compreendidas entre os seis meses e os dez anos de idade – que se denominará "Protecção & Companhia".



- Continuar a garantir as condições de sustentabilidade, mediante o uso do sistema de eficiência energética e energias renováveis, a continuidade do serviço de refeições e arrendamento da moradia da Rua do Alportel;
- Fortalecer, na óptica da responsabilidade social, a imagem da Associação assegurando a sua representatividade junto das entidades públicas e privadas da comunidade
- Apostar na divulgação da sua imagem e nome institucional bem como na partilha das inúmeras boas práticas, tanto através das redes sociais (página Web e perfil de facebook);
- Manter a tónica na inovação, apostando no desenvolvimento e na realização de tarefas/ atividades que contribuam para o reforço da AIPAR enquanto entidade de referência no concelho e no distrito de Faro;
- Conclusão da remodelação da quinta adquirida para reforço das atividades da Associação.





# ANEXOS



Associação de Proteção à Rapariga e à Família

# Relatório de Contas

## 2018





AIPAR – Associação de proteção à rapariga e à família

Demonstrações Financeiros Individuais

Exercício 2018

Modelo ENSL elaborado por Margem Bruta Março 2019
--

## Índice

1 - Nota introdutória.....	3
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras: .....	3
3 - Principais políticas contabilísticas.....	5
4 - Caixa e depósitos bancários.....	11
5 - Ativos Tangíveis.....	11
6 - Propriedades de investimento.....	13
7 - Inventários .....	13
8 - Outras contas a receber.....	13
9 - Diferimentos .....	14
10 - Fundos patrimoniais .....	14
11 - Estado e outros entes públicos.....	14
12 - Outras contas a pagar.....	15
13 - Vendas e prestações de serviços.....	15
14 - Subsídios, doações e legados à exploração .....	15
15 - Custos das mercadorias vendidas e consumidas.....	16
16 - Fornecimentos e serviços externos.....	16
17 - Gastos com pessoal.....	16
18 - Outros rendimentos e ganhos .....	17
19 - Outros gastos e perdas .....	17
21 - Resultados financeiros.....	17
23 - Informações exigidas por diplomas legais.....	18

## Índice de anexos

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018
- Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2018
- Demonstração de Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2018
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2018





# AIPAR – Associação de proteção à rapariga e à família

## Anexo às demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

### **1 - Nota introdutória:**

“AIPAR – Associação de proteção à rapariga e à família” doravante abreviadamente designado por AIPAR e ou Associação, é uma entidade sem fins lucrativos tendo iniciado a sua atividade em 2003/10/08 tem a sua sede na Rua Monsenhor Henrique Ferreira da Silva – Edifício Proteção à Rapariga, em Faro, tem por fim apoiar e promover a juventude, designadamente as raparigas, na Diocese de Faro, independentemente da sua condição social, situação económica, etnia, ou religião, especialmente as que se encontrem mais carecidas de auxílio, sejam vítimas de violência, maus tratos, abandono e, salvaguardá-las dos perigos a que podem ser expostas, propondo-se designadamente:

- a) Contribuir para o estudo dos problemas de inserção social que afetam os jovens, tomar medidas e promover iniciativas para os resolver;
- b) Cooperar com outras instituições que tenham o mesmo fim, ou fins complementares;
- c) Criar serviços e atividades sobre a sua direta orientação, nomeadamente: Lares, Centros de Abrigo e Acolhimento, Atividades de Tempos Livres, organizar encontros, reuniões, seminários e espaços de debate.
- d) Criar serviços e atividades sobre a sua direta orientação, nomeadamente: Lares, Centros de Abrigo e Acolhimento, Atividades de Tempos Livres, organizar encontros, reuniões, seminários e espaços de debate.

### **2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

#### **a) Referencial contabilístico**

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2013 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF-ESNL);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2013 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2013 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2013 de 14 de março.

**b) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**c) Regime do acréscimo**

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

**d) Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

**g) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**h) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.





### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<b>Anos de vida útil</b>
<b>Edifícios e outras construções</b>	5 – 20
<b>Equipamento básico</b>	4 – 8
<b>Equipamento de transporte</b>	3 – 7
<b>Ferramentas e utensílios</b>	3 – 7
<b>Equipamento administrativo</b>	2 – 10
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	1 – 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### **3.3. Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.


### **3.4. Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Associação tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Associação nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento





financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Associação nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Associação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.5. Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21 % sobre a matéria coletável. Ao valor de Coleta de IRC, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88o do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo corrente de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. A quantia de inventários é reconhecida como gastos durante o exercício.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários, a quantia de qualquer ajustamento de inventários é reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.18 de NCRF\_ESNL.

A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período de acordo com o parágrafo 11.18 de NCRF\_ESNL.

As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.18 de NCRF\_ESNL.

A quantia escriturada de inventários pode ser dada como penhor de garantia a passivos.

### **3.7. Clientes e outros valores a receber**

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### **3.8. Ativos financeiros detidos para negociação**

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

### **3.9. Ativos não correntes detidas para venda**

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.





Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzida de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

### 3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

### 3.11. Fundos Patrimoniais

As quotas são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.12. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.



### **3.14. Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### **3.15. Rédito e regime do acréscimo**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontram cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### **3.16. Reconhecimento do rédito em contratos de construção**

A Associação reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

### **3.17. Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são

reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

#### **4 – Caixa e depósitos bancários**

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	2.211,61€	2.433,46 €
Depósitos Bancários	23.516,73€	73.416,97 €
Outros depósitos bancários	0,00€	0,00 €
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>25.728,34€</b>	<b>75.850,43 €</b>

#### **5 – Ativos Tangíveis**

##### **5.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:**

- a) Os critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do Ativo Fixo Tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

- b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método de linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período de 2018:

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
- Terrenos e recursos naturais	114.051,64	0,00 €	114.051,64	0,00
- Edifícios e outras construções	1.002.254,11	179.749,57	1.002.254,11	198.793,85
- Equipamento básico	88.716,27	86.731,97	90.348,18	91.689,36
- Equipamento de transporte	102.760,50	58.860,57	127.745,45	75.674,44
- Equipamento administrativo	40.972,60	27.574,09	40.972,60	33.378,10
- Outros ativos fixos tangíveis	1.538,41	1538,41	1.538,41	1.538,41
<b>Total</b>	<b>1.350.293,53</b>	<b>362.899,07</b>	<b>1.376.910,39</b>	<b>401.074,16</b>

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas
<b>Investimentos em curso</b>				
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>				
- Obras Quinta do Meloal	0,00	0,00	87.73,63	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>87.73,63</b>	<b>0,00</b>



- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações:

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo Bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2017	114.051,64	1.002.254,11	88.716,27	102.760,50	40.972,60	1.538,41	1.350.293,53
Aquisições	0,00	0,00€	1.631,91	24.984,95	0,00	0,00	26.616,86
Doações							
Revalorizações							
Transferências/Outros							
Alienações							
<b>Saldo em 31 dezembro 2018</b>	<b>114.051,64 €</b>	<b>1.002.254,11 €</b>	<b>90.348,18 €</b>	<b>127.745,45 €</b>	<b>40.972,60 €</b>	<b>1.538,41 €</b>	<b>1.376.910,39 €</b>
<b>Depreciações e perdas imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2017		179.749,57	90.163,41	58.860,57	32.587,21	1.538,41	362.899,17
Depreciações do período		19.044,28	1.525,95€	16.813,87	790,89		38.174,99
Transferências/Outros							0,00
Alienações							
<b>Saldo em 31 dezembro 2018</b>		<b>198.793,85</b>	<b>91689,36</b>	<b>75.674,44</b>	<b>33.378,1</b>	<b>1.538,41</b>	<b>401.074,16</b>

## 6 – Propriedades de investimento

Não aplicável.

## 7 – Inventários:

Não aplicável.

## 8 – Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31 – Dez -2018		31 – Dez – 2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros Devedores	0,00	1 623,04	0,00	3 192,50
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 623,04</b>	<b>0,00</b>	<b>3 192,50</b>

## 9 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

	<u>31 – Dez -2018</u>	<u>31 – Dez – 2017</u>
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Seguros pagos antecipadamente	1 763,00	1 925,47
	<u><b>1 763,00</b></u>	<u><b>1 925,47</b></u>
<b>Diferimentos (Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>0,00</b></u>

## 10 – Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Fundos patrimoniais” apresentava os seguintes saldos:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01-Jan-2018</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo em 31-Dez-2018</b>
Fundos	1 596,15			1 596,15
Reservas estatutárias	398 480,82			448 607,38
Outras variações nos fundos patrimoniais	512 062,33			499 016,93
Resultados transitados	67 538,59			67 538,59
Resultado Líquido Exercício	50 126,56	26 624,56	50 126,59	26 624,56
<b>Total</b>	<b>1 029 804,45</b>	<b>26 624,56</b>	<b>50 126,59</b>	<b>1 043 383,61</b>

## 11 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	<u>31 – Dez - 2018</u>	<u>31 – Dez - 17</u>
<b>Ativo</b>		
IVA Suportado	0,00	599,13
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4 590,38	3398,27
IVA 50% Reembolsos pedidos	1 146,20	2 514,12
<b>Total</b>	<u><b>5 736,58</b></u>	<u><b>6 511,52</b></u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend das pessoas singulares (IRS)	2 325,00	1 975,10
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		1 635,40
Segurança Social	12 159,99	10 961,22
Fundos de compensação	81,63	0,00
<b>Total</b>	<u><b>14 566,62</b></u>	<u><b>14 571,72</b></u>

## 12 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	31 – Dez - 2018		31 – Dez - 2017	
	<u>Não Corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Remunerações a pagar		42 891,88		36 452,71
Outros Credores		2 196,95		1 776,47
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>45 088,83</b>	<b>0,00</b>	<b>38 229,18</b>

## 13 – Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2018 e 2017 foram como segue:

	31 – Dez - 2018			31 – Dez - 2017		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Vendas de Energia	5 629,78		5 629,78	6 245,87		6 245,87
Prestações de serviços	13 377,70		13 377,70	43 490,96		43 490,96
<b>Total</b>	<b>19 007,48</b>	<b>-</b>	<b>19 007,48</b>	<b>49 736,83</b>	<b>-</b>	<b>49 736,83</b>

## 14 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios, doações e legados à exploração nos períodos de 2018 e 2017 foram como segue:

	<u>31 – Dez - 2018</u>	<u>31 – Dez - 2017</u>
<b>Inst. Segurança Social – Serviços Sociais</b>	421 230,46	447 391,17
<b>Outros subsídios / Doações</b>		
IEFP	1 263,96	1 257,66
<b>Subsídios de outras entidades</b>		
Câmara municipal de faro	10 685,91	10 000,00
<b>Doações e heranças</b>		
Donativos de associações e particulares	12 065,70	16 888,75
Donativos em espécie	23 874,91	3 322,00
Donativos – Multas de processos	650,00	2 500,00
Donativos anónimos	559,75	6 000,00
Consignação de IRS	2 591,24	2 423,46
<b>Total</b>	<b>472 921,93</b>	<b>489 783,04</b>



### 15 - Custos das mercadorias vendidas e consumidas

A repartição dos custos das mercadorias nos períodos findos em 31 Dezembro de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	31 - Dez - 2018			31- Dez - 2017		
	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial (01/01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	52 727,28	0,00	52 727,28	39 893,96	0,00	39 893,96
Saldo final (31/12)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo de vendas	52 727,28	0,00	52 727,28	39 893,96	0,00	39 893,96

### 16 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	31 - Dez - 2018	31 - Dez - 2017
Subcontratos	0,00	634,50
Serviços especializados	6 295,87	6 479,33
Comissões	0,00	556,50
Honorários	31,94	0,00
Conservação e reparação	3 513,82	27 460,82
Materiais	21 055,47	21 204,53
Energia e fluidos	25 345,31	23 128,44
Deslocações, estadas e transportes	4 713,81	4 875,29
Serviços diversos (*)		
Comunicação	6 134,52	5 334,28
Seguros	2 495,30	2 381,57
Contencioso e notariado	30,00	190,52
Limpeza, higiene e conforto	3 687,81	4 303,48
Outros serviços	220,23	125,00
<b>Total</b>	<b>73 524,08</b>	<b>96 674,26</b>

### 17 - Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Gastos com pessoal" tinha a seguinte composição:

	31 - Dez - 2018	31 - Dez - 2017
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	268 369,51	267 095,66
Encargos sobre remunerações	54 398,15	54 284,90
Seguros	3 414,98	2 827,68
Outros gastos com pessoal	560,75	2 654,05
<b>Total</b>	<b>326 743,39</b>	<b>326 862,29</b>
<b>Número de empregados</b>	<b>26</b>	<b>25</b>

### 18 - Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" tinha a seguinte composição:

	<u>31 - Dez - 2018</u>	<u>31 - Dez - 2017</u>
<b>Rendimentos suplementares</b>	0,00	0,00
<b>Descontos de pronto pagamento obtidos</b>	0,00	0,00
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Rendas	4 385	0,00
Correcções Relativas Exercícios Anteriores	23 487,73	0,00
Restituição de Impostos	0,00	1 896,41
Imputação Subsídios Investi	13 045,39	13 045,39
<b>Total</b>	<u><b>40 918,12</b></u>	<u><b>14 941,80</b></u>

### 19 - Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Outros gastos e perdas" tinha a seguinte composição:

	<u>31 - Dez - 2018</u>	<u>31 - Dez - 2017</u>
Impostos	699,73	554,85
Taxas	149,53	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	8 085,29	264,07
Donativos	580,00	426,00
Quotizações	326,48	266,48
Multas	25,00	339,76
Gratificações de estímulo a utentes	3 883,80	4 668,10
Pensão de orfandade	993,40	
<b>Total</b>	<u><b>14 743,23</b></u>	<u><b>6 519,26</b></u>

### 20 - Gastos de depreciações e amortizações

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Gastos de depreciações e de amortizações" tinha a seguinte composição:

	<u>31 - Dez - 2018</u>			<u>31 - Dez - 2017</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Ativos fixos tangíveis	38 174,99	0,00	38 174,99	40 561,83	0,00	40 561,83
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<u><b>38 174,99</b></u>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>38 174,99</b></u>	<u><b>40 561,83</b></u>	<u><b>0,00</b></u>	<u><b>40 561,83</b></u>

## 21 – Resultados financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Resultados financeiros” tinha a seguinte composição:

	<u>31 – Dez – 2018</u>	<u>31 – Dez -2017</u>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,40
Total	<b>0,00</b>	<b>0,40</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	114,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	196,00	285,00
Total	<b>310,00</b>	<b>285,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-310,00</b>	<b>-284,60</b>

## 22 – Eventos subsequente

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 660 do Código das Sociedades Comerciais.

## 23 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto no 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 660 do Código das Sociedades Comerciais.

Faro 26 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO





## Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		19 007.48	56 151.92
Subsídios à exploração		472 921.93	489 783.04
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-52 727.28	-39 893.96
Fornecimentos e serviços externos		-73 524.08	-96 674.26
Gastos com o pessoal		-326 743.39	-326 862.29
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		40 918.12	14 988.20
Outros gastos		-15 053.23	-6 519.26
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>64 799.55</b>	<b>90 973.39</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-38 174.99	-40 561.83
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>26 624.56</b>	<b>50 411.56</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-285.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>26 624.56</b>	<b>50 126.56</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>26 624.56</b>	<b>50 126.56</b>

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básico			

Assinaturas : Gerência / Administração C.C. 



## Balanco (Micro Entidades)

Rubricas	Exercícios	
	2018	2017
<b>Activo</b>		
<b>Activo não Corrente</b>		
Activos fixos tangíveis	1 063 567.86	987 394.36
Activos Fixos Intangíveis		
Investimentos Financeiros	2 850.63	1 937.19
Créditos e outros ativos não correntes		
	<b>1 066 418.49</b>	<b>989 331.55</b>
<b>Activo Corrente</b>		
Inventários		
Clientes	1 623.04	5 777.00
Estado e outros entes públicos	5 736.60	6 511.52
Capital subscrito e não realizado		
Diferimentos	2 034.29	1 925.47
Outros activos correntes	1 763.00	3 192.50
Caixa e depósitos bancários	25 728.34	75 850.43
	<b>36 885.27</b>	<b>93 256.92</b>
<b>Total do activo</b>	<b>1 103 303.76</b>	<b>1 082 588.47</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital próprio	1 596.15	1 596.15
Capital subscrito		
Outros instrumentos de capital próprio		
Reservas	448 607.38	398 480.82
Resultados Transitados	67 538.59	67 538.59
Outras variações no capital próprio	499 016.93	512 062.32
Resultado líquido do periodo	26 624.56	50 126.56
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1 043 383.61</b>	<b>1 029 804.44</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Outras dividas a pagar		
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	265.21	59.08
Estados e outros ente públicos	14 566.61	14 571.72
Financiamentos obtidos		
Diferimentos		
Outros Passivos correntes	45 088.33	38 153.23
	<b>59 920.15</b>	<b>52 784.03</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>59 920.15</b>	<b>52 784.03</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>1 103 303.76</b>	<b>1 082 588.47</b>

Assinaturas : Gerência / Administração



C.C.





## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedemos à apreciação dos documentos de prestação de contas respeitantes ao ano de 2018, tendo em conta os preceitos legais e os estatutos da Associação. Verificámos a documentação de suporte aos valores apresentados, numa base de abordagem, a qual nos merece a concordância deste Conselho Fiscal. Em conformidade com o exposto, somos de parecer que seja aprovada a Prestação de Contas relativa ao ano de 2018.

Faro, 18 de Março de 2019

*[Handwritten signature]*  
Luis de F. B. Viegas Benoz  
Maria do Carmo Teixeira *[Handwritten signature]*



Aos número Cinquente e Quatro

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas, reuniu em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária de Associação de Protecção à Rapariga e à Família, na que sede na Rua Monsenhor Henrique Ferreira de Silva, número dez, esse fando, com a seguinte ordem de trabalhos constantes na convocatória:

Ponto um — Apreciação e votação do Relatório e Contas do ano de dois mil e dezasseis.

Ponto dois — Informações.

Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, a Presidente de Assembleia Geral deu a palavra à Presidente de Direcção para a apresentação das contas. Foram prestados todos o esclarecimentos solicitados pelos associados. Foi igualmente apresentado o Relatório. Foi lido o parecer do Conselho Fiscal.

A Presidente de Assembleia Geral colocou o relatório e as contas à votação, tendo sido ambos aprovados por unanimidade. As contas e o relatório estarão disponíveis na página de internet.

Em relação ao ponto dois, a Presidente de Direcção informou que o funcionamento das valências está a ter um bom desenvolvimento e a prestar uma resposta de excelência às famílias, às crianças e aos jovens.

Informou, ainda, que a Cantina Social diminuiu o número de refeições para quarenta e seis, conforme as orientações de segurança social, e que foi assinado uma Adenda ao Protocolo de Colaboração Cantinas Sociais até trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis.

Informou, ainda, que a Associação foi notificada pela Segurança Social para enviar documentação, as referências de candidatura ao PROCAF para financiamento

de um Centro de atividades operacionais, efetuando  
em anos anteriores.

Informa também que as obras de manutenção  
de quarte do Hefoap ainda não estão concluídas e  
estão a ser executadas por administração direta, de  
acordo com a disponibilidade financeira de Associação.  
Em relação à moradia de Rua do Alportel, informa  
que os quartos estão alugados a governos e  
fornecidos os respectivos contratos.

Por não haver mais nada a declarar, os vinte leigos  
e cinco leigos, deu-se por encerrada a Assembleia  
Geral, de qual se levantou a presidente até que depois  
de lida e aprovada foi assinada pelos elementos do  
Mesa de Assembleia Geral.

Maria Lúcia Mendes Lourenço  
Paulo de Fátima Lopes Bonfatti  
Joana Maria da Silva Braga